



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Dossiê: Patrimônio Imaterial no Brasil: trajetórias, participação social e políticas de reconhecimento.

v 9 | n 17 | jul-dez 2020

O Encontro de Saberes e a salvaguarda do Patrimônio Imaterial

Ana Flávia Andrade de Figueiredo

Leticia Costa Rodrigues Vianna



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

FIGUEIREDO, Ana Flávia Andrade de; VIANNA, Leticia Costa Rodrigues. O Encontro de Saberes e a salvaguarda do Patrimônio Imaterial. Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 9, n. 17, p. 90-104, jul-dez 2020. Semestral.

© NAUI

O Encontro de Saberes e a salvaguarda do Patrimônio Imaterial

Ana Flávia Andrade de Figueiredo¹

Leticia Costa Rodrigues Vianna²

Resumo

Neste artigo, trazemos um relato sobre a experiência do Projeto Encontro de Saberes à luz do campo de estudos e políticas para o patrimônio cultural imaterial. O Encontro de Saberes é um movimento de realização de experiências de implementação de pluralismo epistêmico e transdisciplinaridade por meio da inclusão de mestras e mestres dos saberes tradicionais de notório saber ao universo acadêmico do ensino e da pesquisa, na qualidade de professores convidados, nas mais variadas áreas de saber. O projeto tem efeitos no campo do patrimônio cultural, como o reconhecimento do notório saber dos mestres da tradição no âmbito acadêmico; educação patrimonial no ensino superior; a difusão da diversidade e do patrimônio cultural com base nos princípios da pluralidade epistêmica e da descolonização. Um projeto descolonizador, que amplia o espectro de temas, cosmologias, epistemes e pedagogias acessíveis nos ambientes de ensino, extensão e pesquisa – e assim para o conhecimento dos estudantes, professores e gestores públicos sobre o imenso patrimônio cultural e perspectivas em que este patrimônio pode contribuir para a soberania e a inovação científica, para a salvaguarda do ambiente, saúde e o bem viver em nosso País.

Palavras-chave: Encontro de saberes. Patrimônio imaterial. Pluralidade epistêmica.

¹ Doutora em Antropologia pela UFPE. Pós-doutora em Antropologia Social PPGAS/UnB. Professora Adjunta e Integrante da Comissão Encontro de Saberes na UFVJM. Email: ana.flavia.pe@gmail.com.

² Doutora em Antropologia pelo Museu Nacional/UFRJ, pesquisadora no INCTI/UnB/CNPq. Email: viannaleticia@hotmail.com.

Abstract

In this article we bring a brief account of the experience of the Meeting of Knowledge Project in the light of the field of studies and policies for intangible cultural heritage. The Knowledge Meeting is a movement to carry out concrete experiences of implementing epistemic pluralism and transdisciplinarity through the inclusion of masters of traditional knowledge of notorious knowledge – to the academic universe of teaching and research, as invited professors, in more varied areas of knowledge. The project has a wide scope of effects in the field of cultural heritage, such as the recognition of the notorious knowledge of the masters of tradition in the academic field; heritage education in higher education; the dissemination of diversity and cultural heritage based on the principles of epistemic plurality and decolonization. This is a decolonizing project that significantly expands the spectrum of themes, cosmologies, epistemes and pedagogies accessible in teaching, extension and research environments and thus for the knowledge of students, teachers and public managers about the immense cultural heritage and perspectives in which this heritage can contribute to sovereignty and scientific innovation, to safeguard the environment, health, and good living in our country.

Keywords: Meeting of knowledge. Intangible heritage. Epistemic plurality.

Preâmbulo

A política e o campo de estudos patrimoniais são dinâmicos e, ao longo do tempo, as reflexões e experiências vão trazendo sempre muitos desafios no ambiente de formação acadêmica. Temos como marco histórico da inauguração desse campo da política pública no Brasil a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937 – na conjuntura da burocratização do que se convencionou chamar de Estado Patrimonialista; em um contexto internacional de recrudescimento de etnocentrismos e nacionalismos belicosos. Quando contamos esta história da política para o patrimônio cultural e a evolução do conceito de patrimônio imaterial, fazemos a ponderação de que, embora Mário de Andrade, em seu anteprojeto para esta instituição, tivesse previsto meios de patrimonialização das tradições populares, a política federal seguiu excluindo esse universo do escopo de interesse patrimonialista. As referências culturais privilegiadas e tomadas como patrimônio histórico e artístico foram as que definem a identidade nacional sob perspectiva eurocêntrica, colonialista, positivista. As referências culturais fora deste paradigma, a diversidade das culturas dos povos originários, dos povos da diáspora africana, dos povos que para cá migraram e a diversidade de referências que derivaram da confluência das diversas culturas ficaram à margem da política

patrimonial, classificadas então como folclore fadado – mas fonte de exploração de conhecimentos para as ciências e as artes, sem que se desse o reconhecimento justo (CARVALHO, 2010).

No pós-guerra, em 1950, dá-se a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), na perspectiva de construção das políticas para educação e cultura e patrimônio cultural, com base nos princípios de valorização e respeito à diversidade cultural dos grupos, comunidades, povos e nações. Desde então, em nosso País, paulatinamente, os universos das culturas populares se trazem ao campo das políticas patrimoniais e as referências da identidade nacional reconhecidas pelo Estado vão sendo ampliadas para além das referências eurocentradas, voltadas para os segmentos das elites econômicas e intelectuais. Podemos destacar como marcos desta ampliação do horizonte na política federal o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), a Fundação Nacional Pró-Memória e o Projeto Interação, entre 1970 e 1980.

As ações e reflexões subsequentes subsidiaram a formulação do conceito de patrimônio imaterial na Constituição de 1988 e da política que então se desenvolveu. Sob esta perspectiva, finalmente o que constava como folclore é reconhecido como diversidade cultural vívida a ser preservada como referências da identidade nacional fundamentada na diversidade cultural. É também na CF/88 que é instaurada a ideia de participação social na política pública como um fundamento para o Estado Democrático de Direito, que então se instaurava depois de um longo período de cerceamento democrático. Em 2000, foi lançado o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial – PNPI. Foram implementadas, então, políticas participativas voltadas para a patrimonialização das referências culturais das diversas matrizes, comunidades, grupos, povos e segmentos da sociedade brasileira. Muitas experiências foram sistematizadas enquanto políticas públicas nos municípios, estados e no âmbito federal, voltadas para o patrimônio imaterial.

Estamos em um momento de compreensão do significado de política participativa: o mero reconhecimento da diversidade cultural e o consentimento prévio e informado junto à sociedade para o reconhecimento do patrimônio cultural não são suficientes para a efetividade da política da salvaguarda do patrimônio cultural. O patrimônio imaterial, sobretudo, só é sustentável se houver a motivação genuína dos detentores deste patrimônio em vibrá-lo no âmbito das dinâmicas próprias de suas culturas. E para isso deve haver política participativa, com simetria real entre as partes, de modo a termos o espelhamento da Nação no Estado. Os meios de alcance

desta efetividade da salvaguarda do patrimônio imaterial vão se desenvolvendo plenamente quando a inclusão dos segmentos de *detentores* se dá por meio de políticas em que tenham voz ativa na tomada de decisão e gestão de seus patrimônios (VIANNA, 2016).

São fundamentais políticas afirmativas no ensino superior, na pesquisa, nos postos de trabalho no interior do Estado. A otimização acontece quando, por um lado, o Estado proporciona à sociedade instrumentos oficiais de reconhecimento e proteção do patrimônio; e, por outro, os diversos segmentos da sociedade educam o Estado, ensinam sobre suas referências culturais e suas práticas de salvaguarda. Para isso, é preciso a promoção sistemática e permanente de processos de educação patrimonial – que se dão das comunidades tradicionais para dentro do Estado, o que inclui as universidades públicas.

Neste artigo, trazemos a experiência do movimento ou projeto Encontro de Saberes nas Universidades Públicas Brasileiras – uma experiência que vem sendo realizada desde 2010 fundada na inclusão como docentes universitários das mestras e mestres dos saberes tradicionais indígenas, quilombolas, de comunidades afro-brasileiras e das culturas populares. Partimos de uma revisão bibliográfica, documental, e a entrelaçamos com experiências vivenciadas por estas autoras enquanto integrantes de comissões responsáveis por sua implementação em duas instituições de ensino superior públicas, assim como professoras parceiras de mestres convidados pelo projeto. Ainda, pela atuação delas junto ao Instituto para a Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI/UnB/CNPq), instituição coordenadora da rede de instituições que já o implementaram.

Este projeto é inovador quando se trata de uma metodologia de educação patrimonial direcionada ao ensino superior, que vai alcançar os futuros profissionais das várias áreas e competências. O projeto promove um efetivo reconhecimento dos saberes tradicionais como patrimônio e como epistemologias legítimas a serem consideradas e incluídas no universo do ensino universitário – de modo a tornar conhecida uma amostra da imensa diversidade cultural do País. Por outro lado, o projeto realiza propostas que vêm sendo idealizadas desde o século passado: a transdisciplinaridade – um passo além da interdisciplinaridade no desenvolvimento científico e pedagógico; e a descolonização do pensamento científico – um passo além do reconhecimento da diversidade cultural em direção à pluralidade epistêmica. Isto é, o projeto promove o efetivo reconhecimento dos conhecimentos tradicionais populares como saberes de inestimável valor patrimonial e como epistemologias legítimas e equivalentes às científicas eurocêntricas consolidadas como oficiais; não mais como folclore fadado, tampouco como

patrimônio reconhecido como saber e mesmo assim distanciado das instâncias formais do saber. (CARVALHO e FLOREZ, 2010).

O Encontro de Saberes nas universidades brasileiras

O Projeto Encontro de Saberes nas Universidades Brasileiras é uma proposta de inclusão epistêmica por meio da presença de mestres das tradições populares como docentes em disciplinas de diferentes áreas e departamentos, tais como artes, ciências da saúde, meio ambiente, arquitetura, agroecologia, matemática, ciências e política. Os mestres vêm para dar aulas em disciplinas da graduação e pós-graduação na qualidade de professores visitantes que, junto com o professor parceiro dos quadros da universidade, oferecem e desenvolvem as metodologias, ementas práticas pedagógicas nas disciplinas relacionadas às Artes e Ofícios Tradicionais – Encontro de Saberes. Em cada instituição são desenvolvidas ações programáticas próprias, no campo de possibilidades de cada professor parceiro em seu departamento e com vias de possível encaminhamento. São viabilizadas experiências por meio da extensão, ou como professor visitante/convidado (na graduação e/ou pós graduação), e por meio do instituto do Notório Saber – como já acontece na Universidade Estadual do Ceará e Universidade Federal de Minas Gerais. É na práxis e com muita atenção às *brechas* na barreira etnocêntrica que administrativamente vão sendo dissolvidos os empecilhos e os caminhos sendo institucionalizados. O projeto proporciona que estudantes tenham a oportunidade da aproximação direta com sábias e sábios detentores de epistemologias e cosmologias indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e de terreiro que compõem o imenso patrimônio cultural cultivado em nosso País.

O Projeto Encontro de Saberes é coordenado pelo antropólogo José Jorge de Carvalho, professor da Universidade de Brasília/UnB. É fruto de parceria estabelecida junto à Universidade de Brasília (UnB), ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao então Ministério da Cultura (MinC), ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e ao Ministério da Educação. Responde aos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988 no que tange à garantia do Estado aos direitos culturais, acesso às fontes da cultura nacional e proteção ao patrimônio imaterial; e aos artigos 26 e 43 (em especial os Parágrafos III, IV, VII) da Lei de Diretrizes e Bases Para Educação Nacional – LDBEN (Lei n. 9.394/1996) – fundamento regulatório da CF/88 para a Educação. Realiza a meta proposta pela Câmara Interministerial de Educação e Cultura, regulamentada por Portaria

Normativa Interministerial em 2007, de incorporar os mestres de ofício e das artes tradicionais nos vários níveis de ensino.

A iniciativa é baseada no sentido do reconhecimento e valorização de mestras e mestres de notório saber nas várias áreas de ensino, pesquisa, criação e realização; a promoção de diálogos e integração entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes tradicionais das culturas populares, indígenas e quilombolas no âmbito das universidades brasileiras. Catorze universidades públicas já aderiram: Universidade de Brasília, Universidade Federal Minas Gerais/UFMG, Universidade Federal do Sul da Bahia/UFSB, Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, Universidade Federal do Pará/UFPA, Universidade Federal do Cariri/UFCA, Universidade Estadual do Ceará/UECE, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, Universidade Federal Fluminense/UFF, Universidade Federal de Roraima/UFRR, Universidade do Vale do Jequitinhonha e Mucuri/UFVJM, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira/UNILAB e Universidade Santa Úrsula/USU. Seis outras universidades iniciam as tratativas para a implementação nos próximos períodos letivos: Universidade Federal da Paraíba/UFPB, Universidade Federal de Uberlândia/UFU, Universidade do Estado de Santa Catarina/UEDESC; Universidades com experiências parciais: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Até agora já foram envolvidos 120 professores de diferentes áreas do conhecimento definidas pelo CNPq: Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, Ciências Agrárias, Ciências Exatas. Engenharia. E 155 mestres das tradições populares, referências em várias áreas do saber, oriundos de diferentes universos culturais: diferentes etnias indígenas; comunidades quilombolas de diferentes regiões; comunidades de terreiro; comunidades de agricultores/extrativistas; culturais e grupos organizados nas cidades e zonas rurais em torno de *performances* e celebrações das culturas populares tradicionais.

O Projeto parte da proposição de superação de uma realidade em que as universidades brasileiras reproduzem modelo europeu de especializações e hierarquias de conhecimentos – modelo que suprime, invisibiliza, desqualifica e exclui saberes alicerçados em outros paradigmas civilizatórios cultivados por sociedades como as indígenas, quilombolas, de agricultores e extrativistas; os povos de terreiro e agrupamentos urbanos em torno de culturas tradicionais e populares. Entende-se que o acesso à diversidade cultural, bem como ao pluralismo racial, étnico e epistêmico no âmbito das instituições públicas de ensino é direito

cultural a ser garantido e respeitado como fundamento da soberania e autonomia cultural e científica dos povos que habitam o território nacional.

A proposta visa intervenção no modelo de ensino superior nas dimensões étnico-racial; política, pedagógica e epistêmica. A primeira dimensão, étnico-racial, é dada pela inclusão na docência de mestres de Notório Saber oriundos de comunidades indígenas, quilombolas, agricultores e extrativistas, de terreiro e agrupamentos urbanos da tradição e populares. A dimensão política é observada, pois a realização do projeto implica arranjos institucionais para que os mestres tenham a presença legitimada nos ambientes de ensino e pesquisa. Na dimensão epistêmica, o Encontro de Saberes traz perspectivas transdisciplinares, que integram as artes e ofícios, os saberes tradicionais, as tecnologias, artes, humanidades, práticas políticas, médicas e espirituais das mestras e mestres. Desse modo, amplia-se a pluralidade epistêmica para além das licenciaturas (como previsto na LDBEN), alcançando o bacharelado, a pós-graduação, a extensão e a pesquisa. A dimensão pedagógica traz os desafios da inovação dos métodos de ensino e aprendizagem. Os métodos de transmissão de conhecimentos utilizados pelos mestres das culturas tradicionais são bem variados e normalmente baseados na oralidade, na escuta e prática cotidiana; processos que integram razão, emoção, intuição e sensação, as várias áreas do saber e os mundos sagrados e profanos, alcançando o indivíduo que ensina e que aprende na sua integralidade como sujeito ativo do conhecimento. As experiências seguem princípios básicos tais como a parceria de mestres e professores em cursos de graduação e, em alguns casos, pós-graduação; remuneração dos mestres compatível com a dos professores; perspectivas inter e transdisciplinares; abordagem teórica e prática; tratamento das dimensões sagradas e afetivas como meios legítimos de compreensão do mundo; estímulo à leitura, à escrita, à escuta e à *performance*. Trata-se de intervenção trans e multidisciplinar com o propósito de descolonizar as formas de conhecimento e pedagogias mono epistêmicas que são cultivadas nas universidades. (CARVALHO, 2020).

A aproximação do universo das ciências e dos saberes tradicionais não é uma perspectiva estranha às políticas patrimoniais; nos anos 1970 e 1980 começa a ser implementado, por exemplo, o Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC –, desenvolvido para a produção de conhecimento de tecnologias nacionais. Entretanto, os saberes tradicionais eram apropriados pela mediação dos cientistas e os mestres desses saberes continuaram sem lugar efetivo na universidade, a não ser o de mero informante.

A perspectiva da inclusão epistêmica que o Encontro de Saberes converge com a Declaração de Veneza – A Ciência Diante das Fronteiras do Conhecimento – redigida pela Unesco em 1986 – que trata da necessária transdisciplinaridade nas ciências a partir da equiparação e complementaridade entre os saberes tradicionais e os saberes científicos. O Projeto Encontro de Saberes traz os sábios de Notório Saber ao protagonismo no ensino e na pesquisa, incluídos como pesquisadores, professores, orientadores, arguidores em bancas, palestrantes e autores de livros, artigos e projetos; promovendo assim a inclusão epistêmica por meio da inclusão social que permita o contato direto do estudante com os guardiões das tradições. A construção do conhecimento assim pode atender às múltiplas demandas a partir da confluência dos saberes científicos de epistemologias eurocêntricas e das culturas originárias e tradicionais; fora da perspectiva “canibal” de usufruto das tradições por parte da ciência sem o reconhecimento e retorno devidos aos povos e sábios que as cultivam.

Desse modo, saberes relativos ao cuidado e manejo ambiental com vistas à soberania alimentar e territorial, promoção da saúde e cura, tecnologias e artesanias, artes da *performance*, pedagogia, mediação e política, dentre outras áreas do saber, são trazidos e abordados pelos mestres – que, em si, são polímatas, dominam várias áreas dos saberes das suas cosmologias tradicionais. Assim, inúmeros assuntos e áreas do saber se articulam e desafiam os professores – que montam os cursos e ementas em parceria com as mestras e mestres, sob a perspectiva da transdisciplinaridade. A proposta é uma oportunidade de a sociedade e o Estado obterem, por meio da chancela da academia científica e dos saberes tradicionais, perspectivas e desafios de construção de ciências e políticas que transcendam a monoepisteme ocidental moderna – que tem mostrado, paradoxalmente, tanto criatividade e benefícios; quanto rígidos limites e sérios riscos à humanidade e ao planeta. Propõe-se, assim, um esforço ao reconhecimento das epistemologias e saberes enraizados e desenvolvidos pelos povos originários e tradicionais nas várias regiões do território que, somados, trazem perspectivas de superação dos problemas ambientais e socioculturais que os segmentos sociais, comunidades e povos têm enfrentado em nosso território.

Sobre a noção de Maestria

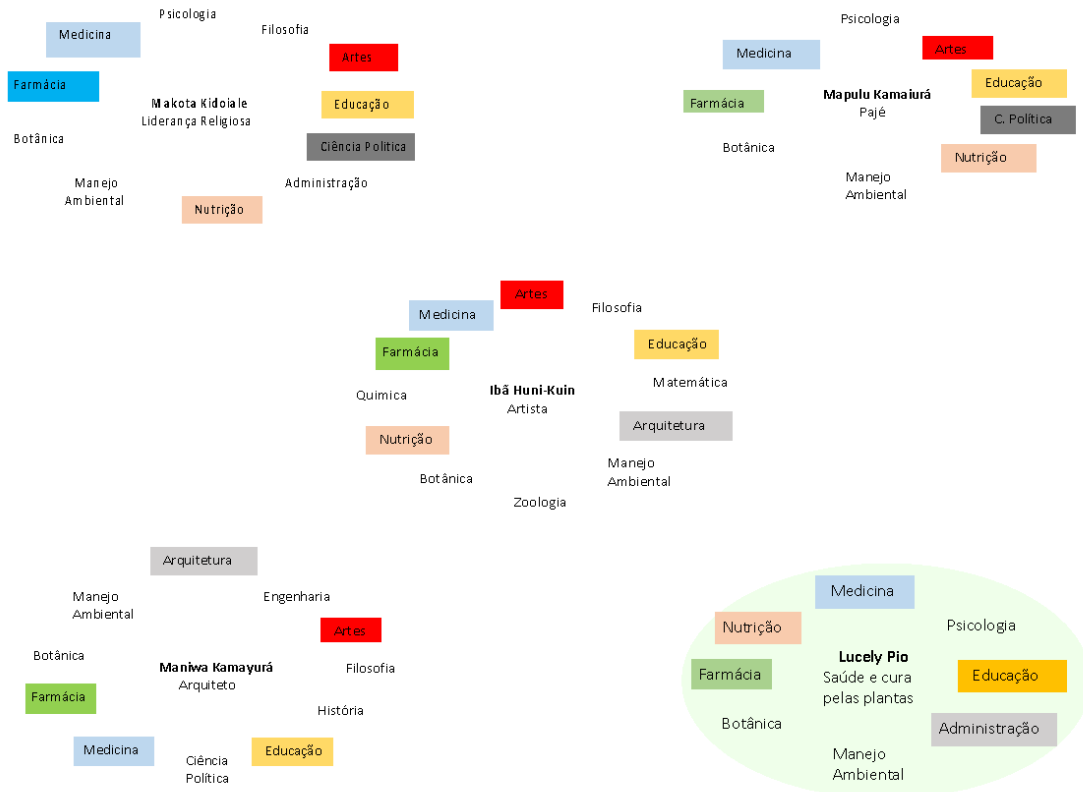
Nas últimas duas décadas, no Brasil, o termo mestre foi consolidado como uma categoria das políticas públicas federais, estaduais e municipais, a partir da demanda de bases sociais por

apoio e fomento para os sujeitos centrais e referenciais nos processos de transmissão dos saberes populares. Na perspectiva das tradições populares e dos grupos étnicos, é termo usado em alguns dos múltiplos universos e contextos culturais no território brasileiro. Existem comunidades e grupos nos quais existem diferentes palavras para significados próximos ao formulado no contexto desse projeto para o termo mestre, como nas comunidades indígenas, quilombolas, de terreiro e grupos de tradições populares, onde os sábios das tradições são nominados e reconhecidos por outros títulos que se encontram em análogo lugar social de referência e notoriedade dos cientistas acadêmicos das universidades públicas.

Na perspectiva do Projeto Encontro de Saberes, mestre é uma palavra que é usada para designar aquela pessoa que se destaca no seu grupo por ser responsável e incumbida da transmissão dos saberes estruturantes nos universos culturais específicos. São sabedores reconhecidos pelas suas comunidades por sua longa trajetória e pela amplitude e densidade de seu saber; são pesquisadores, aplicam e aperfeiçoam seus saberes; ensinam o que sabem, em geral têm discípulos ou assistentes. Mestres são aqueles sabedores cuja senioridade é inquestionável, confirmada pela sua biografia e reconhecimento dentro e fora da comunidade. Uma das características marcantes da notoriedade deles é a polimatia, multi e/ou transdisciplinaridade – o conhecimento denso cultivado e desenvolvido em várias áreas do saber, de modo integrado. As mestras e mestres, em geral, podem ser referência em uma expressão cultural, mas detêm saberes em várias áreas, assumem muitos papéis, transitam entre áreas diferentes de conhecimento e acionam muitos saberes na vida cotidiana: meio ambiente, saúde, tecnologias, artesanias, artes, espiritualidade, política. Um sujeito pode assumir diversos papéis, cultivar muitos saberes correlatos (ou não) e ser classificado como mestre em diversos saberes, ou ser reconhecido como mestre em umas áreas e, em outras, ser apenas um sabedor ou aprendiz. No mundo acadêmico, faz-se uma opção pela especialização em uma área de enquadramento em um departamento, com seus cânones conceituais próprios e procedimentais rigorosos e excludentes. (CARVALHO, 2016).

Os diagramas abaixo são mandalas da transdisciplinaridade de alguns mestres e mestras que participam do Encontro de Saberes: Makota Kidoiale é liderança religiosa de candomblé em Belo Horizonte, em Minas Gerais, e dá aulas na UFMG; Mapulu Kamaiurá é pajé e Maniua é arquiteto, ambos da etnia Kamaiurá, no Parque do Xingu em Mato Grosso e dão aulas na UnB; Ibã é artista da etnia Huni Kuin no Acre e dá aulas na UFSB; Lucely é conhecedora de plantas medicinais e terapeuta do quilombo de Cedros em Goiás e dá aulas na UnB e UFMG.

Figura 1 – Mandalas da transdisciplinaridade de mestres e mestras no Encontro de Saberes.



Fonte: INCTI/UnB/CNPq.

No Projeto, os mestres, que são polímatas e detêm conhecimentos multi e transdisciplinares, atuam lado a lado com professores parceiros que detêm conhecimentos acadêmicos especializados em áreas com fronteiras demarcadas, tais como Ciências Humanas, Ciências Exatas, Ciências da Saúde. Os professores têm formação e/ou transitam em uma, duas ou mais subáreas, sem ultrapassar, contudo, a fronteira das grandes áreas estabelecidas pelo CNPq. Com base nos saberes dos 155 mestres e 120 professores parceiros, foi possível a sistematização das áreas de concentração de experiências do Encontro de Saberes até então: *Performances* e celebrações; espiritualidade; promoção da saúde e cura; meio ambiente; mediação política; tecnologias e artesanias.

Em cada universidade onde aconteceram edições do Projeto, no período de 2010 a 2019, as experiências foram realizadas em diferentes formatos e arranjos, abrangendo várias áreas de conhecimento, na extensão, graduação e pós-graduação. As universidades que aderiram à proposta do Encontro de Saberes experimentaram desafios de inovação dos métodos de ensino

e aprendizagem³. No ambiente acadêmico, a leitura, a escrita e a escuta do professor que explica são os instrumentos pedagógicos por excelência. Os métodos de transmissão de conhecimentos utilizados pelos povos tradicionais são bem variados e baseados na oralidade, na escuta e prática cotidiana. Os desafios de inovação pedagógica se deram, então, em processos inter e transdisciplinares que combinaram métodos e instrumentos usuais na academia com métodos e instrumentos usuais nas comunidades tradicionais de cada mestre que participou. Assim, cada experimento, cada encontro de aprendizes com certo mestre ou mestra e certo professor ou professora em um módulo de aula sobre determinado tema foi um evento exclusivo em forma e conteúdo, com modos próprios de interação e resultados únicos de aprendizagem.

Apostas e contribuições ao campo de formação e experiência patrimonial

Importante instrumento político começa a ser mais discutido e é o da Outorga do Título de Notório Saber às mestras e aos mestres das tradições e culturas populares. Algumas universidades estão em processo de construção, reformulação e/ou implementação de resoluções que contemplem tais sabedores, pois, embora os mestres – na perspectiva do Projeto Encontro de Saberes – configurem como professores em disciplinas, coorientem dissertações e teses, publiquem livros, participem de bancas de defesa, protagonizem junto com seus territórios de origem, em parceria com os já docentes das instituições, projetos de extensão e pesquisa, a estrutura administrativa não permite contratá-los como professores substitutos, visitantes ou efetivos. Isto ocorre porque em grande parte suas trajetórias, intimamente conectadas com suas comunidades, não atravessam o letramento acadêmico.

Em uma perspectiva de parceria Estado-Academia, temos a visionária aposta do governo do estado do Ceará que, depois de instituir a Lei dos Mestres (CEARÁ, 2006), inova ao propor

³ Para mais informações sobre distintos arranjos, táticas institucionais e pedagógicas de implementação do projeto, sugerimos artigos que tratam sobre sua operacionalização. Na UFF: CAVALIERI, L; MONTEIR, E. *O lugar dos mestres populares nas universidades: uma mirada de pesquisa, ensino e extensão a partir do Encontro de Saberes*. Educação Pública: ataques, lutas e resistências. GT 6. Educação Popular. Anais da 39ª Reunião Anped. 20 a 24 de outubro de 2019, Niterói, RJ; UFMG: GUIMARÃES et al. *Por uma universidade pluriépistêmica: a inclusão de disciplinas ministradas por mestres dos saberes tradicionais e populares na UFMG*. Tessituras, Pelotas, v. 4, n. 2, p. 179-201, jul./dez. 2016; UFSB: TUGNY, R. P. de. *Conhecimentos Tradicionais e Território na formação universitária*. (2020, no prelo); UFVJM: FIGUEIREDO et al. *O Encontro de Saberes como expansão epistêmica: percursos na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri* (2020, no prelo); além do dossiê: Encontro de Saberes - transversalidades e experiências, da Revista Mundaú (previsão dezembro 2020).

à Universidade Estadual do Ceará, no Plano Estadual de Cultura (2016), “a outorga aos Mestres da Cultura o Título de Notório Saber em artes e cultura populares, objetivando o reconhecimento de seus saberes e ofícios na prática de transmissão de seus conhecimentos”.

O professor Bruno Goulart (2020, no prelo), em artigo que se volta para as referências acerca dos caminhos institucionais e epistêmicos de reconhecimento do Notório Saber para as mestras e mestres das culturas tradicionais, destaca que foi a partir de tal demanda que a Universidade Estadual do Ceará atualiza sua resolução para o Notório Saber em 2016. Dispõe sobre as normas para a outorga do título de Notório Saber em Cultura Popular (UECE, 2016) e é voltada apenas para os mestres e mestras diplomados pela Lei dos Mestres estadual. Naquele ano, foram reconhecidos 58 mestres e mestras e, em 2020 (como previa o Plano Estadual de Cultura), já são mais de 80 os certificados.

Para nós, a titulação de Notório Saber, concedida a partir da comprovação da maestria a partir da biografia destes mestres, e que equivale a um título de doutor, é um avanço, pois torna complementares, na prática, a inclusão epistêmica e dos sujeitos, no âmbito de nossas instituições universitárias. Compreendemos que a inclusão epistêmica provocada pelo Encontro de Saberes em nossas instituições de ensino pode e deve espelhar os diversos espaços voltados à construção das políticas públicas patrimoniais. Ela nos aponta para uma transformação estruturante, pois desconstrói a lógica destes sujeitos e saberes como “objetos de pesquisa” ou ouvintes, para coparticipes na construção de políticas públicas voltadas à educação e ao patrimônio cultural.

O presente artigo apresentou o Encontro de Saberes como importante *política* de inclusão e *salvaguarda* de saberes e sujeitos (sobretudo, compreendidos em sua dimensão coletiva). Trata-se de uma inclusão epistêmica em nossas instituições universitárias, a partir dos próprios detentores de saberes, que deve influir diretamente, a partir dos profissionais que, em sua formação, entram em contato com tais experiências, nos processos de identificação, inventariação, registro e gestão das políticas patrimoniais diante uma tomada de postura destes sujeitos, territórios e saberes como coparticipes fundamentais nas dinâmicas que envolvem toda a rede sociotécnica voltada à preservação, fortalecimento e vivacidade das culturas populares.

A relação intrínseca entre cotas discentes e epistêmicas (esta concretizada por projetos como o Encontro de Saberes) possui implicações diretas à sensibilização de estudantes de áreas afetas ao patrimônio, pois possibilitam contato com uma circulação complexa de saberes, um caminho de reconexão com uma estrutura de conhecimento alicerçada em epistemologias

tradicionais dos povos habitantes do território. O Projeto Encontro de Saberes aponta a viabilidade da construção de protocolos para a sustentação do tripé Estado-Academia Científica-Sociedade Civil (aqui representada pelos mestres da cultura popular e da tradição) na identificação, gestão e salvaguarda do inestimável patrimônio cultural dos diversos grupos, segmentos, comunidades, povos e nações que vivem no País.

As experiências que o Projeto Encontro de Saberes têm construído no plano pedagógico e político-administrativo inspiram uma formação e atuação no campo patrimonial concretamente descolonizadoras, de grande alcance e complexidade. Tanto instituições educacionais quanto as voltadas ao patrimônio têm historicamente rechaçado toda uma diversidade de saberes e, especialmente, a validade dos saberes tradicionais em interferir, interpretar e expressar os problemas da sociedade e de suas ações marcadas por uma lógica utilitarista, moderna e ocidental hegemônica.

Figura 2. Mestres Álvaro Tucano; Maniwa Kamaiurá; Luceli Pio; José Gerome na UnB.



Da esquerda para a direita e de baixo para cima Mestres no Encontro de Saberes na UnB: Álvaro Tucano, Maniwa Kamaiurá, Luceli Pio, José Gerome.

Fonte: INCTI/UnB/CNPq

Fonte INCTI/ UnB/CNPq.

Uma universidade pluriépistêmica e pluri-ontológica, tal qual defendida pelo Projeto Encontro de Saberes, torna-se espaço de emancipação sociopolítica que se pauta na contracorrente de uma educação excludente, individualista e reprodutora do sistema

hegemônico. Assim, estão plantadas as sementes de um projeto descolonizador que amplia o espectro de temas, cosmologias, epistemes e pedagogias acessíveis nos ambientes de ensino, extensão e pesquisa – o que ampliará o conhecimento dos estudantes, professores e gestores públicos sobre o imenso patrimônio cultural e perspectivas em que este patrimônio pode contribuir para a soberania e inovação científica, para a salvaguarda do ambiente, saúde, e o bem viver em nosso País.

Referências

CARVALHO, José Jorge de. **‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina**. Revista ANTHROPOLOGICAS, ano 14, v. 21 (1): 39-76 (2010).

CARVALHO, José Jorge de. **Sobre o Notório Saber dos Mestres Tradicionais nas Instituições de Ensino Superior e na pesquisa**. Caderno de Inclusão n. 8. INCTI/UnB/ CNPq. Brasília 2016.

CARVALHO, José. J. e Florez, Juliana.F. **Encuentro de Saberes: Huellas de Memoria Pluriversa y Descolonización de la Universidad Contemporánea**. ARXIUS de CIÈNCIES SOCIALS, v. 39, p 143-150, 2018. <http://roderic.uv.es/bitstream/handle/10550/69979/6874492.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

CARVALHO, José. J. **Encontro de Saberes, Descolonização e Transdisciplinaridade**. In: Universidade popular e de todos os saberes: uma experiência. Rosângela Pereira de Tugny e Gustavo Gonçalves (Orgs.). Brasília: INCTI/Salvador: EDUFBA (artigo no prelo, 2020).

CEARÁ. Lei 13.842/2006. **Institui o registro dos “tesouros vivos da cultura” no estado do Ceará e dá outras providências**. Diário Oficial Estadual, Fortaleza, 2006.

CEARÁ. Lei 16.026/2016. **Institui o Plano Estadual de Cultura**. Diário Oficial Estadual, Fortaleza, 2016.

GOULART, Bruno. **Notório Saber para as(os) mestras(es): caminhos para o reconhecimento institucional dos saberes tradicionais**. (artigo no prelo, 2020)

UECE. Resolução n. 1.194/2016: **dispõe sobre as normas para a outorga do título de Notório Saber em Cultura Popular pela Universidade Estadual do Ceará- UECE**. CONSU, Fortaleza, 2016.

UNESCO. Declaração de Veneza - **A Ciência diante das Fronteiras do Conhecimento**. 1986 <https://unipazdf.org.br/wp-content/uploads/2018/04/1-Declaração-de-Veneza-1986.pdf>

VIANNA, Letícia C. R. **Patrimônio Imaterial**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 2a. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

Recebido em 14/09/2020 | Aceito em 12/10/2020.



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional